

INSERINDO O SABER LOCAL PARA EFICÁCIA DOS PLANOS DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO DELTA DO JACUÍ

CARDOSO, P. M. p.mc@terra.com.br ²

MOSCARELLI, F. C. fe_moscarelli@yahoo.com.br ¹

SATTLER, M. A. sattler@ufrgs.br ¹

FEDRIZZI, B. beatrizfedrizzi@terra.com.br ¹

SCHMITT, C. M. cschmitt@ufrgs.br ¹

ALMEIDA, J. P. jal@ufrgs.br ²

FILIPPI, E. E. edu_292000@yahoo.com.br ²

¹Núcleo Orientado à Inovação da Edificação – NORIE. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Escola de Engenharia / UFRGS, Av. Osvaldo Aranha n° 99, Centro. Porto Alegre, RS. ² Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – CEPE. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Av. João Pessoa, n° 31, Porto Alegre, RS.

RESUMO

A criação do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) e a execução do Plano Básico do Delta do Jacuí (PLANDEL) ocorreram em um contexto social-político que não contemplava a inserção humana nas políticas decisórias. A discrepância entre a ocupação humana no local e o zoneamento proposto no documento, culminou na sua inadequação e sua consequente desatualização frente ao contexto atual. A eminência de sua reestruturação salienta a possibilidade de inserção do saber local nas estratégias do novo Plano de Gestão do Delta do Jacuí. Através de uma análise crítica do atual plano de implantação e gestão, o Plano Básico do Delta do Jacuí e do estudo das propostas metodológicas de outros planos de gestão que incorporem a comunidade no processo decisório, este trabalho pretende construir, de forma exploratória, uma proposta metodológica, aplicando-a ao local de estudo a fim de verificar as etapas já pesquisadas.

ABSTRACT

A criação do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) e a execução do Plano Básico do Delta do Jacuí (PLANDEL) ocorreram em um contexto social-político que não contemplava a inserção humana nas políticas decisórias. A discrepância entre a ocupação humana no local e o zoneamento proposto no documento, culminou na sua inadequação e sua consequente desatualização frente ao contexto atual. A eminência de sua reestruturação salienta a possibilidade de inserção do saber local nas estratégias do novo Plano de Gestão do Delta do

Jacuí. Através de uma análise crítica do atual plano de implantação e gestão, o Plano Básico do Delta do Jacuí e do estudo das propostas metodológicas de outros planos de gestão que

INTRODUÇÃO

Historicamente, o litoral brasileiro¹ foi povoado por populações ribeirinhas que viveram e ainda vivem da atividade pesqueira. São populações culturalmente diferenciadas daquelas que povoaram as regiões centrais e secas, pois a água faz parte de seu habitat e cotidiano. Contrariamente, as populações urbanas sempre desdenharam desses habitats, promovendo sucessivos aterramentos, sob o pretexto de tornar “salubre” e urbanizáveis estes ambientes e, assim, descaracterizando-os por completo. Com o surgimento da problemática ambiental², uma série de questões foi levantada, reconhecendo-se o valor da diversidade ambiental. Paralelamente a este processo, surge a preocupação mundial com a conservação de zonas úmidas e de aves aquáticas, culminando na assinatura, em 1975, da Convenção de Ramsar. Mesmo que o Brasil só tenha aprovado o texto da Convenção em 1993, uma série de políticas de preservação das áreas úmidas passaram a ser desenvolvidas, inclusive com a definição de cinco zonas úmidas de interesse internacional, sendo o Parque Nacional Lagoa do Peixe a única do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005). A área onde se desenvolve este estudo, o Parque Estadual Delta do Jacuí, não consta na lista de sítios Ramsar brasileiros, porém é uma área úmida de relevância ambiental local, desempenhando um papel ecológico tão importante quanto os demais, acentuando-se pela posição geográfica (paralelo 30°, típico de desertos) e entorno (cercado pela região metropolitana de Porto Alegre).

O Parque³ foi demandado pelo movimento não governamental gaúcho Amigos da Terra/Brasil, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (BONES, 2002, p.87-88), que frente ao processo de pressão populacional sobre as ilhas exigiram sua preservação sobre o pretexto da manutenção da biodiversidade e reserva de locais públicos verdes para lazer, influenciado pelos *Parks Movemente* (FRANCO, 1997, p. 83).

Em 1979 entrou em vigor o Plano Básico do Delta do Jacuí - PLANDEL, conjuntamente com a ampliação da área de parque para os terrenos continentais de características semelhantes.

¹ Entendem-se aí regiões de interface com águas marítimas, lagoas ou rios e córregos.

² De acordo com Souza (2000, p.43) a **questão ambiental** corresponde à emergência no cenário internacional desse conjunto de problemas ambientais que estariam associados ao processo de crescimento econômico e populacional, de concentração industrial e de urbanização. Pode-se utilizar como marco o primeiro informe do Clube de Roma, continuado na Primeira Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (conhecida como conferência de Estocolmo). A consolidação deste processo se deu em 1992, com a maior Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, reunindo mais de 100 chefes de Estado e 30.000 representantes de organizações governamentais e não-governamentais, resultando na Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Carta da Terra), na Agenda 21 e na Declaração Autorizada de Princípios (PEREIRA, 2002; SOUZA, 2000).

³ Implantado em 1976, através do Decreto Estadual n° 24.385.

Porém, como a maioria das Unidades de Conservação brasileiras, a definição de Parque⁴ e a execução de um plano de gestão não impediram a permanência das populações tradicionais já presentes no local (pescadores e pequenos agricultores) e a chegada de populações oriundas do interior do Estado, atraídas pelo processo de centralização e metropolização, que origina o surgimento de assentamentos precários⁵ (nota nossa).

Desta forma, o contexto em que as áreas protegidas latino-americanas de uso indireto estão inseridas apresentam, em grande parte, uma mesma peculiaridade. São modelos operacionais importados, que não permitem a existência de moradores no interior da área, mesmo populações residentes anteriores à criação dessas unidades e comunidades tradicionais presentes há gerações, partindo do princípio que as relações entre sociedade e natureza são em sua totalidade degradadoras do mundo natural, não contemplando a heterogeneidade entre as várias facetas da sociedade. Relativo a esse panorama, Diegues (2001), apresenta a **etnoconservação** como um esboço de teoria da conservação que surge a partir dos questionamentos suscitados com a constatação das ambigüidades das teorias preservacionistas elaboradas nos países do Norte, onde se prega a criação de áreas protegidas na idéia de **natureza selvagem intocada**.

Assim, a etnoconservação permite pensar novas estratégias de conservação⁶ que orientem esforços para proteger a biodiversidade e a diversidade cultural, na qual a comunhão entre cientistas naturais e dos especialistas locais (populações tradicionais), construiria uma nova aliança entre homem e a natureza, o **novo naturalismo**.

Alinhado a estes conceitos, soma-se o reconhecimento dos direitos destas populações perpetuado pela Agenda 21, constando-se a não adequação das políticas verticais de re-

⁴ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), as unidades de Conservação dividem-se em: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre) e Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural). O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Os Parques tem como objetivo básico à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

⁵ Os fatores que desencadeiam estas ocupações sobre áreas de interesse ambiental são diversos, e vão desde a falta de políticas governamentais de fixação da população no interior até a falta de investimentos na habitação de interesse social (agravada pela falência do BNH). Por outro lado, uma vez instituídas as Unidades de Conservação, poucas receberam investimentos de capital e recursos humanos, capazes de promover sua real implantação e sua conseqüente fiscalização. Outros equívocos também podem ser enumerados, como zoneamentos inadequados às características já existentes no local, políticas de evacuação da população tradicional e, conseqüentemente, sua desconsideração nos planos de manejo e gestão aliados a falta de investimentos em educação ambiental da população do entorno.

⁶ Vários textos utilizam os termos preservacionismo e conservacionismo indistintamente. Vale a pena ressaltar que os expoentes anteriormente mencionados fazem uma distinção clara: **preservação: só salvar** e **conservação: salvar para**. McCormick diferencia as questões de cada movimento. Para os preservacionistas a questão era a vida selvagem e o hábitat, para os conservacionistas o uso sustentável dos recursos e para o novo ecologismo ou ambientalismo era que a própria sobrevivência humana estava em jogo.

ordenamento para esses assentamentos e a localização geográfica do local de estudo: Porto Alegre, **berço** do Orçamento Participativo.

O CASO DO DELTA: PECULIARIDADES

O Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ), sofre as consequências de alterações na sua gestão e do contexto sócio-político em que se encontra. Segundo Moscarelli et al (2005), foram verificadas sobreposições entre governo do Estado e governo municipal, uma vez que o assentamento localiza-se em Porto Alegre e o Parque é atualmente gerido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Os autores também puderam verificar conflitos entre os técnicos das diferentes instituições ambientais⁷ frente à posição de preservação, adotada pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (gestora até 2000) e conservação, adotada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Com essa mudança no órgão gestor do Parque, a partir da criação, em 2000, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, novos atores sociais foram inseridos no processo de implantação do PEDJ, que alinhados ao conceito de conservação, adotaram uma postura de conciliação instituindo, nas áreas ocupadas, uma área de amortecimento. Esta primeira proposta não teve aceitação dos atores e organizações governamentais ou não envolvidas nas discussões.

Em 2002 foi votada e aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente uma nova intervenção para a redefinição do Delta do Jacuí, onde a área ocupada seria desafetada, ou seja, deixaria de fazer parte do Parque (RIO GRANDE DO SUL, 2002). A proposta também não se desenvolveu, culminando, em 2004, em uma nova proposta. Esta pretendia transformar a área ocupada em Área de Proteção Ambiental (APA) nas áreas onde existem as ocupações, criando uma Unidade de Conservação que abranja a área de APA e de Reserva biológica (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Após o Decreto Estadual nº 43.367, de 29 de setembro de 2004, extinguindo o Parque e criando a Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí, acirraram-se conflitos entre diversos grupos (ONG's, comunidades, órgãos ambientais e outras entidades do Estado e da sociedade civil) sobre a forma de ocupação e interpretação de categorias de áreas de preservação para esse espaço⁸. Neste contexto de disputas, em dezembro de 2004 foi aprovado, por unanimidade, na Câmara Técnica de Política Florestal e Biodiversidade⁹, a manutenção da

⁷ A Fundação Zoobotânica gerenciou o Parque Estadual Delta do Jacuí de 1976 até 2000. A partir de 2000 a gestão recaiu sobre, a recém criada, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através do Departamento de florestas e Áreas Protegidas.

⁸ Conflitos entre grupos que defendiam a Área de Proteção Ambiental com a Reserva Biológica e aqueles que argumentavam a manutenção da categoria Parque e a desafetação da área.

⁹ Órgão que faz parte do CONSEMA e que aprovou a Resolução CONSEMA nº 071/2004, de 26 de outubro de 2004, responsável por: criação da Área de Proteção Ambiental (Unidade de Uso Sustentável), definição dos

categoria Parque (para a proteção integral) inserida em APA (de manejo sustentável). Esta resolução visa contemplar a realidade em que o PEDJ está inserido, tanto das formas de ocupação quanto de conservação/preservação do seu ecossistema. Como última etapa neste processo, foi entregue em 30 de junho de 2005, o projeto de lei para redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí, elaborado pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Assim, surge o desafio de construção do próximo Plano de Gestão para o PEDJ e seu entorno, criando um ambiente propício a introdução do processo participativo no planejamento urbano e habitacional que incorpore a **população no processo decisório** através da identificação dos atores e suas vocações.

METODOLOGIA

A fim de se criar estratégias de gestão participativa para o novo plano de gestão do Delta do Jacuí, este trabalho usa como recursos metodológicos:

- a) análise crítica do atual plano de implantação e gestão, o Plano Básico do Delta do Jacuí (PLANDEL) quanto à presença humana, analisadas sobre as seguintes categorias: nível de participação, regramento do uso do solo (antrópico), políticas referentes à presença humana;
- b) estudo das propostas metodológicas de outros planos de gestão que incorporem no processo decisório a comunidade e o saber local;
- c) síntese e adequação das propostas metodológicas;
- d) construção, de forma exploratória, de uma proposta metodológica e sua aplicação ao local de estudo.

ANÁLISE CRÍTICA AO PLANDEL

Uma análise realizada no Plano Básico do Delta do Jacuí quanto nível de participação, o regramento imposto ao uso do solo e acerca das soluções propostas para conciliação entre presença humana e conservação mostrou um reconhecimento da realidade de pressão antrópica, porém não se observaram políticas de inclusão desta população nas diretrizes previstas. Verifica-se o objetivo de manter os valores culturais tradicionais, reconhecendo as antigas ocupações de pescadores e agricultores. Porém o plano pressupõe a gradual extinção das sub-habitações devido a fatores como a inexistência de posse fundiária, o crescimento dos usos característicos de Parque e os altos custos para sua urbanização (PORTO ALEGRE, 1979, p.17).

limites da APA, definição de Unidade de Proteção Integral e definição dos limites da Unidade de Proteção Integral (Parque).

Portanto, a possibilidade de permanência da população, mesmo frente às dificuldades apresentadas pelo sítio, não foi estudada. Vemos no momento atual que esta expectativa jamais se confirmou. Já eram percebidos a consolidação destas zonas urbanizadas e os indícios da degradação ambiental causada pelas ocupações. Segundo o Plano (PORTO ALEGRE, 1979, p. 48 e p. 66), na ilha Grande dos Marinheiros verificava-se a tendência de formação de uma estrutura urbana junto aos núcleos de malocas, mesmo a ilha sendo legalmente uma área rural, “a dimensão dos núcleos de sub-habitações forçou o surgimento de vias e equipamentos complementares”.

Da mesma forma, o plano deixa a cargo dos habitantes das Zonas de Uso Restrito¹⁰ seus investimentos em suprimento de infra-estrutura e demais necessidades, sempre exigindo rigor quanto aos impactos ao meio ambiente. Esta solução poderia ser facilmente assimilada pelos moradores que vivem, ainda hoje, do pescado ou de alguma atividade relacionada à pecuária e encontram-se espalhados pelas ilhas. Porém não encontra sucesso no que tange a uma população de baixo poder econômico, pouco conhecimento ambiental, fixada de forma extremamente adensada e não dependente dos recursos naturais locais para sua subsistência.

Mesmo que essa população tivesse consciência dos impactos gerados pela sua atividade, jamais teria condições econômicas de arcar com o mínimo de saneamento básico, sobrevivendo sem condições mínimas de salubridade.

Assim, a análise crítica ao Plano constatou as hipóteses levantadas no início do estudo:

- a) o período sócio-político brasileiro existente na execução do Plano Básico não era favorável à inclusão participativa em políticas de gestão. Portanto não se encontram referências quanto à incorporação da população nas decisões acerca do local;
- b) o Parque tinha objetivos preservacionistas e, dessa forma, as populações existentes eram vistas como vilãs e responsáveis pelo processo de degradação local;
- c) não houve a intenção de qualificar as habitações e malha existente, creditando-se no poder de polícia para gradual retirada da população;
- d) subestimou-se o poder de atração¹¹ que o local exerce, frente às dificuldades apresentadas (riscos de inundação, falta de infra-estrutura e irregularidade fundiária), não sendo assim percebida a demanda por políticas de inclusão.

ANÁLISE DE OUTROS PLANOS DE GESTÃO

¹⁰ A área ocupada por casas de pescadores e sub-habitações na ilha Grande dos Marinheiros foi definida pelo Plano Básico como área de uso restrito.

¹¹ O custo elevado do solo urbano, o êxodo rural, a insuficiência habitacional e a falta de políticas e créditos governamentais de incentivo à habitação de interesse social causaram o surgimento de assentamentos espontâneos em áreas de interesse ambiental, contrariando sua finalidade inicial e gerando conflitos.

O estudo das propostas metodológicas de outros planos de gestão permitiu que se identificassem alguns roteiros metodológicos que serviram de base à construção de um modelo provisório de inserção da comunidade no Plano de Gestão do Delta do Jacuí.

De acordo com o Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação¹², realizado para o Parque Nacional do Caparaó e Parque Estadual do Rio Doce e seu respectivo entorno¹³, em Minas Gerais, foi possível constatar alguns resultados iniciais (MOURA,2001, p.117):

a) no Parque Nacional de Caparaó o diagnóstico participativo subsidiou o planejamento das atividades anuais e, segundo depoimentos dos funcionários, as atividades do diagnóstico provocaram um maior entrosamento entre os setores, maior entendimento sobre a Unidade como um todo e maior valorização pessoal e profissional;

b) no Parque Estadual do Rio Doce, os dados levantados servirão como subsídios para o Plano de manejo. Além disso, os técnicos do projeto identificaram que, através do DiPUC, os espaços para a participação se ampliaram.

Para o desenvolvimento do processo participativo o DiPUC apresentou os seguintes passos (MOURA,2001, p.117):

a) Passo 1- Diagnóstico participativo na UC: inicialmente são coletadas as informações através do diagnóstico rural participativo, posteriormente ocorre a devolução das informações e a análise das mesmas, identificando pontos positivos e pontos negativos. Finalizando esta etapa, são identificados os pontos críticos e é estabelecida uma visão de futuro da UC;

b) Passo 2 - Preparação de parcerias: inicialmente ocorre a identificação dos interessados na UC e no entorno (a partir, principalmente, dos pontos críticos), posteriormente é estabelecida a definição da Estratégia de envolvimento dos interessados (salientadas como características a informação e a sensibilização) e a articulação para iniciar o planejamento e execução de diagnóstico do entorno;

c) Passo 3 - Diagnóstico participativo no entorno da UC: tem como etapas a preparação para diagnóstico do entorno¹⁴, a devolução das informações com análise das mesmas (aspectos positivos e negativos), a identificação dos pontos críticos e, novamente, a definição da visão de futuro do entorno da UC, compatibilizada com a visão de futuro da UC.

Estas etapas serão utilizadas como subsídios e motivação para iniciar o Plano de Manejo das UCs: **Elaboração do Plano – representantes UC + representantes de Comunidades.**

¹² DiPUC originou-se após treinamentos do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), em 1999, onde alguns técnicos decidiram utilizar algumas ferramentas dessa experiência para a realização de diagnósticos de cunho participativo em UCs. O objetivo consistia em buscar métodos de trabalho que apoiassem o manejo participativo, construído a partir de adaptações de DRP com outras referências teórico-conceituais, porém adaptadas às especificidades locais de cada UC.

¹³ O SNUC identifica os entornos das Unidades de Conservação como Zonas de Amortecimento, ou seja, “o entorno de uma unidade de conservação, em que as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000).

¹⁴ Esse diagnóstico pode ser iniciado, utilizando as mesmas ferramentas já utilizadas no interior da UC, para um estudo comparativo (MOURA,2001, p.117).

Segundo o Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental (2001, p.103), a elaboração de um Quadro sócio-ambiental deve servir para subsidiar o planejamento da APA, seu entorno e o contexto em que está inserida. O roteiro estabelece, em 3 passos, subsídios à inserção da população. O primeiro passo recomenda:

- a) levantamentos, análises preliminares e mapeamentos básicos;
- b) a construção de uma oficina de diagnóstico;
- c) levantamentos complementares e reconhecimento de campo;
- d) a formulação de um documento síntese: quadro socioambiental;
- e) a construção de uma oficina de planejamento;
- f) a organização e consolidação das contribuições e resultados da oficina;
- g) e a geração do documento final do quadro ambiental, finalizando o primeiro passo do Plano de Gestão.

Mais dois passos são sugeridos. O segundo passo recomenda a atualização dos levantamentos e estudos complementares, culminando em um novo relatório síntese do quadro socioambiental. Uma nova oficina de planejamento deverá ser realizada, gerando o documento final do quadro ambiental, finalizando esta etapa.

O último passo recomenda:

- a) a sistematização de experiências, reavaliações dos resultados do segundo passo;
- b) a execução do relatório síntese do quadro socioambiental, já atualizado;
- c) uma última oficina de planejamento e;
- d) a geração do documento final do quadro ambiental, finalizando o passo 3.

Segundo a proposta metodológica para a construção de um sistema local de conhecimento (SABOURIN, 2001), e inserção do saber local na execução de um Plano de Gestão, são sugeridas dois passos: a construção coletiva da trajetória dos atores locais visando o desenvolvimento local e a sistematização do conhecimento local. O primeiro passo pode ser definido segundo: a identificação das origens dos atores, a identificação das vocações dos atores locais dentro da trajetória local, a identificação e localização dos agentes chaves, a sistematização das vocações locais para a ação coletiva, a identificação dos espaços de comunicação na localidade, a classificação e localização no mapa destes espaços de comunicação e o mapeamento das redes de relações entre os agentes e os técnicos.

O segundo passo engloba a sistematização do conhecimento através do desenho e análise das vocações dos atores frente às características locais, da definição das abordagens para discussão de temas com a comunidade, da sistematização do conhecimento coletivo e do

debate sobre o papel dos grupos locais, das organizações e instituições para o sucesso das políticas.

RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÃO

Visto a análise de Planos de Gestão de Parques e APA's, foi possível aplicar algumas variáveis, obtidas através da bibliografia e de Planos de Gestão Participativa, no Delta do Jacuí. Esta aplicação pode ser visualizada no quadro abaixo, onde foram identificadas as etapas já existentes ou realizadas.

Quadro 1. identificação de passos já realizados no local de estudo - Delta do Jacuí.

Primeiros passos realizados – Delta do Jacuí		
etapa	aplicação no delta	status
origens dos atores	- pescadores, -agricultores (arrozeiros e agricultura de subsistência), - população proveniente do êxodo rural, - população proveniente do interior do estado	Beck de Souza et al (1999), Devos (2002), Porto Alegre (1985), Silva (2004)
vocações dos atores locais	- pesca artesanal - utilização (reciclagem e reuso) do lixo - artesãos (artigos de pesca)	SEBRAE , Silva (2003)
localização dos agentes chaves	- Irmão Laurindo Viacelli (sociedade Marista da ilha Grande dos Marinheiros), - Amilton da Silva (COOPAL – Ilha Grande dos Marinheiros), - Paulo Prass (representante da comunidade da ilha Grande dos Marinheiros),	Moscarelli et al (2005)
vocações locais - ação coletiva	- usina de reciclagem - feira de artesanato	Biosfera (2003) SEBRAE
espaços de comunicação	- Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre, - Santuário de Nossa Senhora Aparecida, - Clube de Mães, - Igreja Marista, - Igreja Pentecostal Assembléia de Deus, - Centro Espírita Bezerra de Menezes, - Colônia de pescadores Z5,	Devos (2002), Silva (2003), Biosfera (2003)
relações entre os agentes e os técnicos	- Polarizações entre moradores locais e técnicos gerenciadores do Parque; - Polarizações entre moradores locais e ONGs; - Polarizações internas entre técnicos de órgãos ambientais; - Polarizações entre Estado e município (Porto Alegre).	Moscarelli et al (2005)
vocações dos atores frente às características locais	- pescadores (tradicional) - história de inserção no local: habitações adequadas ao sítio, etc..., - catadores: reciclagem de resíduos	Porto Alegre (1985), Devos (2002), Silva (2003)

Muitas das recomendações obtidas no estudo de outros planos não puderam ser incorporadas, pois não existem estudos suficientes ou são conseqüências do trabalho de campo, em fase iniciais de implantação. Desta forma, não pode ser concluído o mapeamento das vocações dos

atores, como forma de inserção do saber local, acentuando o caráter exploratório deste documento.

REFERÊNCIAS

- BECK DE SOUZA ENGENHARIA LTDA, FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL, PRÓ-GUAÍBA. **Avaliação das condições sócio-econômicas do Parque Estadual Delta do Jacuí**. Porto Alegre, 1999.
- BIOSFERA Agência Ambiental. **Projeto Arrastão Ecológico no Delta**. 2003. mimeo.
- BONES, Elmar. **Pioneiro da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.
- BRASIL. **Diário oficial**: lei nº 9.925 de julho de 2000. Brasília.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Permanente Ramsar. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.io.usp.br/DOB/Labs/bioma/ramsar.htm>>. Acessado em 11 de julho de 2005.
- DEVOS, R. V. **Uma “ilha assombrada” na cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FRANCO, M.A.R. **Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.
- MC. CORMICK, J. **Rumo Ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MOSCARELLI et al. Estratégias de ação para intervenções mais sustentáveis: mapeamento dos conflitos socioambientais entre grupos coletivos que atuam na ilha grande dos marinheiros – Porto Alegre / RS. mimeo.
- MOURA, Maria Alice Salles. **Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação – DiPUC** (p.113-120), In: Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Markus Brose (Org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, 312p.
- PEREIRA, P. A. S. **Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: AGE, 2000.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Unidades de Conservação. **Proposta para redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí**. Porto Alegre, 2002.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Unidades de Conservação. **Proposta para redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí**. Porto Alegre, 2004.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Projeto para redefinir Parque Delta entra na Assembléia**. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br>>. Acessado em 15 de julho de 2005.
- Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental – APA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Unidades de conservação e Vida Silvestre. Brasília: Ed. IBAMA, 2001.
- SABOURIN, Eric. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba** (p. 37-61), In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, abril 2001, CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro.
- SILVA, Tomás Rech da. **Percepção ambiental dos pescadores da Ilha da Pintada : sua relação com as águas do Lago Guaíba (Porto Alegre, RS)**. IG/UFRGS, 2003.
- SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.